

Agente Fiscal

Rua Debret, 23, salas 401/405 - Centro - CEP 20030-080 - Rio de Janeiro/RJ

Um balanço dos primeiros cinco meses de gestão da Diretoria da DS/RJ

Ministro da Previdência foi alvo de protestos na Cinelândia



A Reforma da Previdência foi o assunto que mais mobilizou os Auditores-Fiscais ao longo de todo o ano. A nova diretoria participou ativamente de todas as atividades, tanto no Rio quanto em Brasília. Mas não foi só. Veja nas páginas centrais um balanço do período.



Manifestação no Cristo Redentor, em agosto, contra a Reforma da Previdência



Enterro simbólico dos deputados que votaram contra os servidores



Ato de solidariedade à Senadora Heloísa Helena, Buraco do Lume



Prof. Sá e Benevides profere palestra no Encontro dos Aposentados
Página 6

Plano de Carreira na reta final de aprovação.
Página 7

Como ficou a aposentadoria depois da Reforma. **Encarte**

O Ano das Contradições

Contradição foi a palavra do ano na política nacional. O Partido dos Trabalhadores e seus partidos aliados foram eleitos por quem queria mudanças. Quando chegaram ao poder, no entanto, as mudanças foram as que ninguém poderia imaginar.

O conceito de política social mudou. Antes com os pés fincados na universalização, os petistas já flutuam nas teses da focalização, direcionando os serviços básicos somente “aos mais pobres”. Aos demais, atenderá o mercado. A concepção de ética na política também mudou. Transparência agora é fazer publicamente o que não se deveria nem fazer. Cargos e verbas são negociados à flor da pele.

Hoje, o partido político da classe trabalhadora evita negociar com os sindicatos. As parcerias mais sólidas do governo federal têm sido feitas com as empresas e não com a sociedade civil, que não reeditou com o Fome Zero a mobilização que teve com a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

Para o PT no governo, os reacionários agora são os da esquerda, qualificados de radicais, chegando à expulsão de parlamentares que votaram de acordo com posições históricas do partido. Para os servidores públicos federais aumentou o arrocho salarial, com 1% de reajuste em maio.

O que se pode contabilizar como melhora — a ameaça da inflação se dissipou, a volta dos créditos internacionais, a calmaria do dólar e a queda do risco-Brasil — foi fruto da obediência ao capital e não da rebeldia petista. Contraditoriamente, é o Brasil a liderança emergente na oposição ao protecionismo dos países ricos para combater a desigualdade entre as nações. Como diz o presidente, ele quer promover as relações comerciais “Sul-Sul”, visando criar uma nova geografia do comércio mundial.

Mas, sem dúvida, a surpresa maior foi a troca de sinais na Reforma da Previdência. Os partidos políticos que sempre a defenderam nos governos de FHC passaram o ano atacando a reforma. Estes não mudaram nada. Sempre usaram o gesto político como constrangimento em direção a objetivos pragmáticos: os tais cargos. Com exceção do PDT, os partidos da base governista, sim, estes fizeram a auto-mudança. Ícones da derrubada das tentativas de reforma da previdência nos anos anteriores — como José Genoíno e Aloísio Mercadante — viraram arautos de sua importância para que o Brasil retome o almejado crescimento sustentado.

Diga-se que tivemos esse tal crescimento, desde o século XIX até meados da década de 1970, sem que a vida da população tivesse experimentado saltos qualitativos em idêntica proporção. A estagnação dos anos 80 e 90 foi fruto justamente das políticas neoliberais que agora dizem ser a nossa salvação. Como poderiam?

No âmbito da Receita Federal nada mudou, prevalecendo os paradigmas de arrecadação fácil e fragilidade de controles de capital da gestão de Everardo Maciel.

Em termos de Reforma Tributária, a maioria das mudanças ficou para os próximos anos. Imediatamente, garantiu-se basicamente a aprovação das matérias de interesse do governo federal — como a prorrogação da CPMF e da Desvinculação de Receitas da União (DRU) — e houve uma redistribuição de verbas entre governo federal, estados e municípios.

Contado assim, vê-se que foi um ano duríssimo. O Unafisco empenhou-se para intervir na pauta política do país e, ao mesmo tempo, atender às demandas funcionais da categoria, com intensa atividade junto à Administração da Receita.

Em 2004, as reformas trabalhista e sindical estarão em discussão. O *Agente Fiscal* foi pesquisar a direção destas reformas no âmbito do Fórum Nacional do Trabalho, que reúne governo, empresários e trabalhadores e publica uma prévia do que virá. Será um trabalhador de origem humilde, um operário, a destituir direitos trabalhistas consagrados há mais de 50 anos? Como reagiriam seus eleitores?

A complexidade da sociedade brasileira continua a desafiar intelectuais e profetas. Cada ano, cada dia, cada discussão, mistério. Morre-se de tudo nesse país, menos de tédio. Sinal de democracia, mais uma contradição.

SENHORES DA DIRETORIA DA UNAFISCO-RJ

Emocionado. Foi assim que me senti quando acabei de ler o Editorial HELENAS, no *Agente Fiscal* nº 16, de Dezembro de 2003.

Um texto enxuto, direto, esclarecedor, mas antes de tudo poético e emocionante. De fato, ser velho não tem nada a ver com idade, vide Barbosa Lima Sobrinho, que morreu aos cento e três anos de idade, no auge de sua juventude mental, indignado com os descaminhos do governo da época. E outros tantos, ainda vivos, que a despeito da idade avançada, trazem em suas atitudes a leveza e a indignação dos corações jovens e rebeldes. O contrário, aliás, desse governo que há pouco se instalou e que já chegou expondo o bolor de suas entranhas, coisa aliás, que passou despercebida de muita gente boa, na campanha eleitoral (Lulinha paz e amor, lembra década de sessenta).

Por isso o valor desse editorial, que, sem perder o otimismo característico dos fortes e ideologicamente firmes, eleva à condição de ídolo da categoria essa mulher fantástica, nossa querida Senadora Heloísa Helena. Que pena que os outros, outrora nossos amigos e defensores, mudaram de lado logo após a tomada do poder. Mas aos traidores, creio, está reservado um lugar no lixo da História.

Mas o que quero ressaltar é que sinto muito orgulho em ser um Auditor Fiscal da Receita Federal e ainda ter ajudado a eleger, com meu voto consciente, uma diretoria tão séria e tão competente como esta que ora dirige a nossa Unafisco-RJ.

Obrigado pela sensibilidade contida no belo editorial.

Obrigado pela seriedade de propósitos e de ações.

Obrigado pela luta diária em favor dos direitos de nossa categoria.

E parabéns a todos.

Antonio Lauri de Oliveira, RJ

O *Agente Fiscal* é uma publicação mensal da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do **Unafisco Sindical** - Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal. **Presidente:** Alexandre Teixeira. **Vice-Presidente:** Vera Teresa Balieiro A. da Costa. **Secretário-Geral:** Aelio dos Santos. **1º Sec. de Finanças:** José Carlos Sabino Alves. **2º Sec. de Finanças:** Cátia da Silva Beserra. **Sec. de Assuntos Jurídicos:** Lenine Alcântara Moreira. **Sec. de Defesa Profissional:** João Luiz Teixeira de Abreu. **Sec. de Atividades Especiais:** Carlos Eduardo dos Santos Baptista. **Sec. de Ass. de Aposentados:** Lenilson Moraes. **Cons. Fiscal:** José Afonso Silva Ramos, Nelson dos Santos Barbosa, Isaías Soares. **Suplentes:** Alzena Costa do Rego Barros, Ney Roberto Luiz Coelho, Fernando Moretzsohn de Andrade. **Cons. Editorial:** Alexandre Teixeira, Vera Teresa Balieiro A. da Costa, Cátia da Silva Beserra, José Carlos Sabino Alves, Aelio dos Santos Filho. **Coordenação editorial:** Marcelo Ficher. **Estagiária de Jornalismo:** Adriana Nascimento. **Projeto Gráfico:** Andrei Bastos. **Diagramação:** Manuela Leite **Foto:** Ana Paula Batista e Gilson Bezerra. **Fotolito:** Ace Digital. **Impressão:** Gráfica Concord. **DS/RJ:** Rua Debret, 23 - salas 401/405 - Centro. CEP: 20030-080. **Fone:** (21)2262-3827 / 2220-6782 (fax). **E-mail:** jornalismo@unafisco-rj.org.br **Site:** www.unafisco-rj.org.br Distribuição Gratuita, circulação local. Tiragem: 3 mil exemplares. Textos assinados não contêm, necessariamente, a opinião dos responsáveis por este jornal.

Reformas Trabalhista e Sindical: e a luta continua

Depois da polêmica Reforma da Previdência o governo prepara para esse ano um novo palco de mobilizações

Depois da Reforma da Previdência e da Reforma Tributária, o próximo alvo de discussões do Congresso Nacional será a Reforma Trabalhista, incluindo a reestruturação do modelo sindical brasileiro. A nova legislação sindical afetará diretamente a organização do Unafisco Sindical. E a Reforma Trabalhista pode ser a porta de entrada, pela iniciativa privada, da supressão de direitos históricos dos trabalhadores, inclusive do serviço público. Não podemos esquecer que a Reforma da Previdência começou exatamente assim, com a aprovação do fator previdenciário, que reduziu as aposentadorias dos trabalhadores do Regime Geral de Previdência do INSS.

Para promover debates sobre as reformas trabalhista e sindical, o governo instalou o Fórum Nacional do Trabalho (FNT). O Fórum se propõe a ser um espaço de diálogo entre governo, trabalhadores e empregadores e foi estruturado em grupos temáticos (GT), entre eles os grupos *Organização Sindical* e *Legislação Trabalhista*. A idéia é que a Reforma Sindical saia primeiro do que a Reforma Trabalhista, que implicará mudanças na CLT.

O fim da contribuição sindical obrigatória e a liberdade e autonomia sindical são os pontos principais no GT *Organização Sindical*. Porém, a concessão dessa pretensa liberdade viria de mãos dadas com as mudanças na CLT, o que justificaria uma flexibilização prejudicial ao trabalhador, já que a idéia – falsa – de “todo poder aos sindicatos” significaria que estes teriam total espaço de negociação. E isso, na teoria deturpada do governo, garante que os

trabalhadores não sejam lesados em seus direitos e serve de argumento para que a CLT atenda, de uma vez por todas, as demandas de um sistema internacional de poder.

Na iminência de uma Reforma Trabalhista, é necessário lembrar que Fernando Henrique Cardoso, que parece ter no atual presidente um discípulo, em dezembro de 2001 chegou a aprovar na Câmara a flexibilização do artigo 618 da CLT, o que implicaria em perdas irreversíveis para o trabalhador, como a possibilidade de reduções na licença maternidade. Com a aprovação desse projeto de lei, em suma, valeria o acordado e não o legislado, privando o trabalhador da proteção das leis trabalhistas.

Na última reunião do GT *Organização Sindical*, em 10 de dezembro, não se chegou a um consenso. A maior dificuldade nas negociações é quanto ao imposto sindical, com trabalhadores e empregadores contrários à proposta do governo de fim do imposto compulsório.

Diante deste impasse, novas reuniões foram agendadas para janeiro, com previsão para que um anteprojeto de lei chegue ao Congresso Nacional na primeira semana de fevereiro. Se o impasse persistir nas próximas reuniões, a proposta enviada ao Congresso será a do governo: pelo fim do imposto sindical compulsório. Já as reuniões do GT *Legislação Trabalhista* ainda continuarão em fevereiro. Com isso o governo espera aprovar a Reforma Sindical e, em seguida, a Reforma Trabalhista ainda este ano. Resta saber sob que custos aos trabalhadores.

Notícias do Amanhã

Campanha pela “Casa do Amanhã” continua em 2004

A campanha para viabilizar a compra de uma sede própria para o projeto Estrelas do Amanhã prossegue neste início de ano. Até 15 de dezembro, 107 Auditores-Fiscais já tinham feito alguma contribuição, sendo que destes, 12 assumiram sozinho integralização da cota de R\$ 1.000,00. Houve ainda uma Auditora que contribuiu com duas cotas integrais, ou seja, R\$ 2.000,00. Foram recolhidas doações no valor total de R\$ 30.208,50, equivalente a aproximadamente um terço das necessidades totais da campanha, que visa à aquisição e reforma de um imóvel nas proximidades do Morro do Querosene. Ao mesmo tempo, os coordenadores procedem à formalização do projeto, que terá personalidade jurídica de Organização-Não-Governamental.

As duas medidas justificam-se pela necessidade de independência do Estrelas do Amanhã para prosseguir a assistência às crianças e ampliar os benefícios que elas têm. Hoje, a casa é emprestada e a razão social é de outra organização, o que gera limitações intransponíveis.

A “Casa do Amanhã” tem tudo para ser mais uma etapa vencedora na trajetória do nosso projeto, fundado há 11 anos. Contribua você também.

Está no ar um *site* com todas as Instruções Normativas da área aduaneira consolidadas e separadas por assunto. A iniciativa é do AFRF Paulo Werneck. Vale a pena conferir: **www.mercadoes.com.br**

Atual gestão completa cinco

A atual Diretoria da DS/RJ tomou posse em agosto do ano passado, assumindo o sindicato em meio a um conturbado cenário político. Desde abril os Auditores-Fiscais já vinham realizando protestos e paralisações contra a Reforma da Previdência. O arrocho salarial dos outros anos prosseguir — 1% de reajuste em 2003 — e a Secretaria da Receita Federal deu continuidade ao “everardismo”, que tanto queríamos esquecer. Enfrentando todas essas dificuldades, a nova diretoria promoveu mudanças e acompanhou de perto a pauta política do país e do Unafisco.

■ Reforma da Previdência

A batalha contra o governo federal na Reforma da Previdência teve consecução e a DS/RJ teve expressiva participação nas caravanas a Brasília e no trabalho parlamentar. A experiência dos AFRF do Rio, que fizeram capacitação em reuniões no Auditório, deu uma contribuição valiosa para as atividades em Brasília. O trabalho parlamentar em nosso estado também foi intenso. Os senadores Marcelo Crivella e Saturnino Braga vieram ao auditório da DS debater com os Auditores. O único que não veio foi o senador Sérgio Cabral Filho. Duas manifestações foram realizadas em frente ao seu gabinete. Ao final, Sérgio Cabral acabou sendo o único senador do Rio a votar a favor dos servidores.

A DS/RJ também teve participação ativa no Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Pública, que integrou desde a sua fundação. O Fórum coordenou as ações das entidades do Estado para tentar evitar a reforma. A sua construção é um marco de união entre as categorias de servidores públicos das três esferas, que será importante nas lutas que ainda virão em defesa do Estado brasileiro.

■ Expressão nacional

No âmbito da nossa categoria, tivemos, em setembro, a eleição do presidente da DS/RJ, Alexandre Teixeira,

para presidente da Mesa Diretora do Conselho de Delegados Sindicais (CDS). Para Alexandre, “a eleição foi o reconhecimento da importância da DS/RJ e do trabalho dos AFRF do Rio, além da contribuição da DS para o desenvolvimento das atividades do Unafisco Nacional”.

■ Garantia de direitos

No final de setembro, uma operação conjunta da Polícia Federal e da Corregedoria Geral da Receita Federal surpreendeu os auditores no Ministério da Fazenda. Várias salas foram ocupadas por agentes fortemente armados, que cumpriam mandados de busca e apreensão e de prisão. Advogados, empresários e Auditores-Fiscais da Receita Federal estão sob investigação por suspeita de fraudes contra o fisco. Diretores da DS/RJ acompanharam de perto o desenrolar dos acontecimentos, desde o momento do início da operação no prédio. O advogado da DS/RJ foi acionado imediatamente, diretores se revezaram na assistência aos envolvidos e aos demais, aturdidos com a movimentação da polícia. Tudo foi feito para preservar os direitos da categoria e de cada AFRF. Por diversas vezes usou a mídia para exigir rigor e responsabilidade na apuração do caso, garantindo amplo direito de defesa aos investigados e trabalhando para evitar generalizações nocivas contra a categoria.

Na área tributária, a DS/RJ participou de diversos debates e vem defendendo maior energia no acompanhamento da MP 135/2003, que muda as regras da COFINS. Embutida no artigo 61, está novamente a retirada da exclusividade dos AFRF na verificação física de mercadoria. Outras questões funcionais também tiveram um acompanhamento criterioso e em todas as ocasiões necessárias a DS/RJ dirigiu-se à Administração para defender os interesses dos AFRF. Na área jurídica, prosseguem as ações para pleitear os direitos da categoria. Recentemente, a DS publicou uma relação de todas as Ações em andamento.



Manifestação em frente à Polícia Federal



Audiência Pública na Alerj



Senadores Marcelo Crivella e Saturnino Braga debatem com os auditores

O ano que (ainda) vem

Terminamos o primeiro ano do governo Lula com um gostinho amargo na boca, não há porque negar. O que seria o primeiro ano da mudança transformou-se em infundáveis 365 dias de expectativa pelo “dia D”, quando seriam anunciadas medidas que guardassem estreita relação com o que fora anunciado na campanha eleitoral. As medidas não vieram. A esperança venceu

o meses à frente da DS/RJ



Mobilização

Esses cinco meses de gestão foram meses de muito trabalho e mobilização. Mobilização não só da categoria, mas de todos os servidores. Neste período, o presidente da DS/RJ, Alexandre Teixeira, foi convidado a palestrar sobre Reforma Tributária na CUT/RJ e, a convite do MODECON, na ABI.

E a DS/RJ fez com que a voz dos AFRF fosse ouvida não só no silêncio das palestras mas também no barulho das manifestações.

A Reforma da Previdência saiu, mas não sem que os AFRF protestassem, seja no Cristo Redentor ou na Câmara dos Vereadores. Nem sem que a categoria fizesse o enterro simbólico dos parlamentares do PT, no Buraco do Lume, e atos em frente ao gabinete de Sérgio Cabral. Protestar quando é preciso mas também prestar solidariedade. O ato em

defesa da senadora Heloísa Helena marca uma história de luta junto aos servidores e a DS/RJ estava lá.

Mas se o trabalho fora foi bastante significativo, o auditório da DS representou um porto seguro para que os AFRF estivessem informados e pudessem debater temas que atingem a categoria. Os senadores Marcelo Crivella e Saturnino Braga foram convidados e vieram debater a Reforma da Previdência com os AFRF.

A DS/RJ também se fez representar, e a todos os AFRF, em grandes eventos. O seminário sobre Reforma Tributária Cidadã (Curitiba), o Congresso Brasileiro de Seguridade Social (Bahia), o Fórum Social Brasileiro (Belo Horizonte) e o Fórum Social do Rio de Janeiro contaram com a presença de diretores e representantes da DS/RJ.



Ato Público na Câmara dos Vereadores



la (D) e Saturnino Braga (E)
no Auditório da DS/RJ

DS/RJ também promoveu mudanças internas

Cinco meses foram suficientes para que a nova diretoria tomasse medidas administrativas para racionalizar o uso das receitas da DS/RJ. As salas 701/702 foram alugadas. Agora toda a diretoria fica concentrada no 4º andar, o que favorece a integração e o contato permanente com os associados. A DS tem hoje nove salas próprias e duas alugadas no prédio da Rua Debret. Na área financeira, houve uma reformulação dos contratos com os bancos, com significativa redução das tarifas.

Medidas administrativas também geraram economia no sistema de ligações para celulares (plano-empresa), que gerou redução de 40% nos custos mensais, e na conta de energia elétrica, com a diminuição e

troca das lâmpadas por outras de menor consumo. A linha telefônica direta com o Ministério foi considerada desnecessária e cancelada. Todo o patrimônio físico da DS foi inventariado, recebeu etiquetas metálicas e um sistema informatizado de controle.

A diagramação do jornal Agente Fiscal agora é feita internamente, o que gerou economia para a DS/RJ e deu mais unidade a sua edição.

Na parte de benefícios, a sala dos associados ganhou mobiliário mais adequado (remanejado), um televisor, novo sistema de refrigeração e uma biblioteca, com mais de mil livros, que está em formação. Os associados agora dispõem de um computador ligado à Internet. O escritório da DS/RJ recebeu pintura nova.

o medo nas eleições. Agora vamos vencê-lo dentro do governo, onde parece dominar as ações. Porque a esperança não está neles, está em nós.

Se 1968, o ano da rebeldia, foi o ano que não terminou, 2003, o ano da obediência ao FMI, será lembrado como o ano que não começou. Quem sabe se, atrasado, nos espera numa esquina de 2004.

O verdadeiro sentido da Reforma da Previdência

DS/RJ promove palestra com o Prof. Sá e Benevides e AFRF aposentados garantem presença

A Secretaria de Assuntos de Aposentados da DS/RJ promoveu uma palestra no dia 8 de dezembro sobre a Reforma da Previdência e o Estatuto do Idoso. A diretoria e os AFRF aposentados receberam no auditório da DS o Prof. Sá e Benevides, escritor e sociólogo. O professor falou sobre o que chamou de *O Verdadeiro sentido da Reforma da Previdência Social*. Além do palestrante, estavam à mesa o presidente da DS/RJ, Alexandre Teixeira, o secretário de Assuntos de Aposentados da DS/RJ, Lenilson Moraes e a diretora adjunta de Assuntos de Aposentados e Pensionistas da DEN, Clotilde Guimarães.

Segundo Sá e Benevides, é impossível entender o processo das reformas sem relacionar esses fatos com um sistema internacional de poder e, dentro desta lógica, a Reforma da Previdência veio ao encontro das orientações do FMI. Os muitos AFRF aposentados presentes concordaram com o professor, quando ele afirmou que o idoso hoje é visto como um inimigo do governo e que a classe política trata o idoso como algo inútil. Com

opinião contrária, o palestrante cita que ele próprio, com 87 anos, ainda faz palestras, escreve, ministra aulas etc.

Concluindo a palestra, Sá e Benevides falou da impossibilidade de se criar uma sociedade mais justa e solidária: “como? Se está se jogando uma geração contra a outra com a falsa afirmação de que o contribuinte de hoje sustenta o aposentado?”. O professor ainda frisou que essa idéia é falsa, pois o aposentado de hoje já foi o contribuinte de uma vida inteira, portanto recebe o bônus da sua própria contribuição.

A DS/RJ distribuiu, ainda, aos presentes algumas folhas que sintetizam um quadro comparativo entre as modificações na Previdência desde a Emenda Constitucional nº 20. Para aqueles que desejarem, este quadro pode ser consultado na parte de “Notícias” do site www.unafisco-rj.org.br ou na sede da DS/RJ.

Sobre o Estatuto do Idoso houve apenas uma breve explicação a respeito do que estabelece o Estatuto em relação aos direitos de nosso plano do Unafisco Saúde. Oportunamente pretendemos preparar um estudo mais detalhado sobre como ficam os direitos dos idosos com a aprovação do Estatuto.

Unafisco inicia campanha pela Ética no Serviço Público

O Unafisco lançou, no último dia 24 de novembro, a Campanha Nacional pela Ética, Transparência Pública e Controle Democrático da Administração Tributária. O evento que marca oficialmente o seu início teve palestras motivadoras, realizadas em Brasília, proferidas pelo procurador da República Luiz Francisco de Souza e pelo teólogo e psicólogo Frei Cláudio van Balen.

A realização de uma campanha sobre ética teve origem numa assembléia no Rio de Janeiro, no dia 02 de outubro, com a categoria sob o impacto das ações da Corregedoria e da Polícia Federal nas dependências do Ministério da Fazenda. Naquela ocasião, os auditores cariocas lembravam que o Unafisco tem tradição em campanhas do gênero, como a “Chega de Contrabando” e “Corrupção – uma via de mão dupla”, dentre outras. Também no Rio de Janeiro, no primeiro semestre, um seminário no Auditório do Ministério da Fazenda reuniu o mesmo Procurador Luiz Francisco de Souza e o Ministro Chefe da Corregedoria Geral da Presidência da República, Waldir Pires, para debater a ética no serviço público.

Ao longo deste ano, diversas atividades serão realizadas de modo a integrar os AFRF neste movimento em defesa da ética na sociedade.

PROGRAMA FAIXA LIVRE

**Rádio Bandeirantes
1360 AM**

De segunda a sexta,
das 07:30 às 09:00h

**Política, economia,
notícias do dia e muito mais.**

**Às segundas-feiras com a
participação do Fórum Fisco/RJ**

UNAFISCO SAÚDE

Venha conhecer as vantagens do nosso Plano de Saúde. Procure a nossa representante local, Cátia Beserra, ou o conselheiro curador, Wilson Cruz, e saiba mais sobre a qualidade da rede credenciada ao Unafisco Saúde.

Visite o *site* da DS/RJ

www.unafisco-rj.org.br

DS/RJ propõe alterações no orçamento da DEN para 2004

A representante da DS Rio na última reunião do Conselho de Delegados Sindicais, realizado em Brasília de 24 a 28/11/03, propôs aumentar a verba orçamentária para as seguintes contas de despesas:

1) Pasta da diretoria de defesa profissional - em aproximadamente 100% do que estava previsto pela DEN. (proposta aprovada)

Origem do recurso: diversas

Justificativa: valorizar a atuação da diretoria de defesa profissional, que estava com uma das menores verbas dentre as 23 pastas. A DS Rio entende que é um dos mais importantes objetivos do UNAFISCO SINDICAL;

2) CONAF e CDS – (proposta aprovada)

Origem do recurso: diversas

Justificativa: valorizar instâncias deliberativas da categoria. Para o CONAF 2004 houve redução significativa de verba em relação ao CONAF 2002, realizado em Belo Horizonte. Para o CDS a verba prevista era insuficiente para realizar quatro ou cinco reuniões conforme programação para 2004;

3) Grupos de trabalho e empréstimos e doações para as DS (proposta rejeitada)

Origem do recurso: 100% da conta “diretoria ampliada”

Justificativa: a DEN não havia previsto verba para grupos de trabalho e quase nada para empréstimos e doações às DS, (o percentual mínimo de destinação para esta conta aumentou por proposta aprovada no próprio CDS). A fonte do recurso seria a conta criada pela DEN chamada “diretoria ampliada”, que estava com previsão de verba em torno de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). A proposta de eliminar a verba de “diretoria ampliada” teve duas razões: a primeira, por tratar-se órgão executivo não previsto no Estatuto do UNAFISCO SINDICAL, a segunda razão foi a de que para gestão sindical, incluindo aí as pastas de todas as diretorias, presidência, grupos de apoio à algumas diretorias, etc., já havia previsão de gastos em torno de 40 % a mais que 2003.

Além das mencionadas acima, a DS Rio apoiou as propostas de aumentar a verba para “defesa jurídica” (aprovada) e reduzir a verba de “outros eventos” a favor de aumentar a do CONAF (rejeitada).

Plano de Carreira em fase final de aprovação

A elaboração da proposta de Plano de Carreira dos Auditores-Fiscais da Receita Federal está na fase final de aprovação. Em Assembléia Nacional, dia 11/12, a categoria deliberou sobre uma das questões de fundo mais importantes para a sua estruturação: em quantos níveis que a carreira se distribuirá. A opção escolhida foi

estabelecer a divisão em seis níveis, divididos em três classes com dois padrões cada. A partir desta definição, a última que faltava, a Comissão de Sistematização fará a redação final do Plano, que ainda será submetido a uma Assembléia Nacional para aprovação. A proposta aprovada será levada este ano ao governo federal para negociação.

Várias Delegacias Sindicais, dentre elas a DS/RJ, pleitearam uma fase revisional

A DS/RJ apresentou no Conselho de Delegados Sindicais (CDS), realizado em Brasília no final de novembro, uma proposta, aprovada na Assembléia de 19 de novembro, de acrescentar uma fase revisional à elaboração do Plano de Carreira, que consistiria numa espécie de “Mini-Conaf”, antecedendo a Assembléia Nacional que aprovará definitivamente o Plano. O argumento da DS/RJ era de que na formulação da proposta está em jogo o futuro da própria categoria e que um pouco mais de cautela seria desejável. Essa proposta foi à votação no último dia do CDS e aprovada. No

entanto, foi pedida a verificação de quorum e, naquele momento, já não havia delegados em número suficiente no plenário, o que invalidou o resultado.

A Assembléia Nacional no Rio, dia 11/12, aprovou novamente a proposta com a sugestão de que fosse submetida à avaliação da categoria em todo o Brasil em uma próxima Assembléia Nacional. Várias Delegacias Sindicais têm se manifestado no mesmo sentido, considerando as discussões do CDS, onde prevaleceu a sensação de falta de aprofundamento e envolvimento dos colegas na finalização do Plano.

Auditores-Fiscais balançam o Clube Ginástico

A tradicional festa de fim de ano dos Auditores-Fiscais da Receita Federal, pela terceira vez no acolhedor Clube Ginástico, no centro do Rio, foi uma das mais animadas dos últimos anos. Mais de 200 convidados estiveram na festa, que se estendeu até o início da madrugada. Com músicas dançantes, do bolero ao rock, uma boa parte da turma não saiu da pista de dança.

A Vice-presidente da DS/RJ, Vera Teresa Balieiro, em nome do sindicato, ressaltou a importância da união de todos, da qual era símbolo

aquela confraternização. “Já construímos muita coisa juntos e ainda temos muito a construir. Somente o fato de trabalharmos juntos já é motivo de celebração”, disse Vera. A colega Nysa Maggessi Trindade Farriá declamou uma poesia de sua autoria, cujo tema central era o despertar da consciência das pessoas para o verdadeiro espírito de Natal.

No Porto, em Nova Iguaçu e em Volta Redonda, os AFRF comemoraram o fim de ano com confraternizações nos próprios locais de trabalho.

O RECURSO DE OFÍCIO NOS PROCESSOS DE RESTITUIÇÃO

Nos últimos anos, em nome da celeridade dos procedimentos na Receita Federal, houve o afrouxamento de alguns controles previstos na legislação tributária. Aqui trago à luz a questão relativa ao reexame necessário nos casos de reconhecimento de direito creditório.

Quando a autoridade julgadora de primeira instância exonera o sujeito passivo do pagamento de tributo e multa de valor total superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), está obrigada à interposição de recurso de ofício (art. 34, I, do Decreto 70.235/72, com a redação dada pelo art. 67 da Lei nº 9.532/97 e Portaria MF nº 333/97). O recurso é obrigatório também quando a autoridade deixa de aplicar a pena de perda de mercadorias (art. 34, II, do Decreto 70.235/72). No entanto, para os processos de restituição de tributos e contribuições e de ressarcimento de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados o recurso de ofício foi suprimido, por determinação do artigo 23 da Medida Provisória nº 1.542, de 18/12/1996 e reedições (art. 27 da Lei nº 10.522/02).

Historicamente a legislação tributária determinava a obrigatoriedade de reexame dos processos de restituição, quando reconhecido direito creditório em valor superior a limites que estabelecia.

A Lei nº 4.862/1965 previa em seu artigo 18, § 1º: “Quando a importância a ser restituída for superior a Cr\$ 5.000.000 (cinco milhões de cruzeiros), deverá o respectivo processo, depois de efetuada a restituição, ser encaminhado à Direção Geral da Fazenda Nacional, para fins de revisão do despacho proferido pela autoridade de primeira instância”.

A Portaria GB-18, de 23/01/1969, que aprovou o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, incluiu entre as competências dos Delegados da Receita Federal o julgamento dos pedidos de restituição de tributos, com interposição de recurso de ofício ao

Superintendente da Receita Federal, nos casos previstos em lei. Tal competência foi reafirmada pela Portaria GB-227, de 25/06/1969, item 4, letra d, que determinava a interposição de recurso de ofício das decisões favoráveis aos contribuintes, com total a restituir superior a 100 (cem) vezes o maior salário mínimo vigente no país.

Na década de 70 coexistiam dois institutos, revisão de despacho e recurso de ofício. Na revisão do despacho, que prevalecia para as restituições superiores ao limite estabelecido na Lei nº 4.862/1965 e até 100 (cem) vezes o maior salário mínimo vigente no País, o processo era encaminhado à Superintendência depois de efetuada a restituição. No recurso de ofício, obrigatório quando a importância a ser restituída fosse superior a 100 salários mínimos, o processo era encaminhado à Superintendência antes de efetuada a restituição.

O Decreto 70.235/72 (PAF) passou a regular o processo administrativo de determinação e exigência de crédito tributário, mas nada regulamentou sobre os processos de restituição. Continuaram vigentes normas esparsas sobre o assunto.

Com o advento da Lei nº 8.748/1993 que alterou dispositivos do PAF e criou as delegacias da Receita Federal de Julgamento, a competência para julgamentos de recursos de ofício relativos a processos de restituição foi alterada, nos seguintes termos:

“Art. 3º Compete aos conselhos de contribuintes, observada a sua competência por matéria e dentro dos limites de alçada fixados pelo Ministro da Fazenda:

...

II – julgar os recursos de ofício e voluntário de decisão de primeira instância, e de decisões de recursos de ofício, nos processos relativos a

restituição de impostos e contribuições e a ressarcimento de créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados.”

Observe-se que na vigência do dispositivo supracitado o recurso de ofício interposto pela DRF era apreciado pela Superintendência que, se mantivesse o reconhecimento do direito creditório, submetia a decisão à apreciação do Conselho de Contribuintes. No reconhecimento de direito creditório pela Delegacia de Julgamento também era obrigatória a interposição de recurso ao Conselho de Contribuintes. Tais procedimentos perduraram até a edição da Medida Provisória nº 1.542/1996.

Essa obrigatoriedade dava maior segurança à decisão de reconhecimento de direito creditório de valores mais significativos e resguardava os interesses da Fazenda Nacional.

Se os princípios aplicáveis aos processos administrativos, notadamente o interesse público, justificam o recurso de ofício quando a autoridade de primeira instância exonera o sujeito passivo do pagamento de crédito tributário, que representa exigibilidade de receita que ingressaria nos cofres públicos, por que não justificam mais a necessidade de recurso de ofício nos processos de reconhecimento de direito creditório, já que tal reconhecimento representa a saída imediata de recursos da Fazenda Nacional, quando efetuada a restituição em espécie, ou a extinção de crédito tributário exigível, quando efetuada a compensação?

Por isso entendo que devemos trabalhar pelo restabelecimento do recurso de ofício nos processos que envolvam reconhecimento de direito creditório.

Edilcéia Lubiana
Auditora-Fiscal/RJ